

## ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Reunião do Comitê de Incentivo à Participação Feminina Institucional
DATA	6 de agosto de 2021 – 16h00
LOCAL	Videoconferência
COORDENADOR DA REUNIÃO	Juíza do Trabalho Maria Aparecida Jerônimo
PROAD	

### PRESENTES

INTEGRANTES DO COMITÊ	ÁREA
Maria Aparecida Jerônimo	Juíza Titular da 3ª VT de Florianópolis
Cláudia Voigt Espíndola	Serviço de Educação Corporativa
Dolores Cunha de Amorim	Coordenadoria de Saúde
Fernanda Gomes Ferreira	Secretaria de Gestão Estratégica
Luiz Auro Beckhauser	Secretaria de Gestão de Pessoas
Soraya Oliveira de Assis	Escola Judicial
PARTICIPANTES CONVIDADAS	
Patrícia Pereira de Sant'Ana	Juíza do Trabalho Presidente da AMATRA-12
Denise Zavarise	Representante do SINTRAJUSC
Elça de Andrade Faria	Representante do SINTRAJUSC
AUSÊNCIA JUSTIFICADA	
Daniele Priscila Rodrigues de Oliveira	Secretaria de Comunicação Social

### ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

A reunião foi organizada por determinação da Presidência, para proposição de um plano de ação com o objetivo de buscar alternativas para que o TRT-12ª Região contribua para amenizar a situação da pobreza menstrual, utilizando-se como base o Relatório “Pobreza menstrual no Brasil – Desigualdades e violação de direitos”, produzido pela UNFPA e pela UNICEF. Teve como pauta também a análise da situação da participação feminina no TRT-12ª Região.

A Juíza Maria Aparecida Jerônimo deu boas-vindas a todos(as) e coordenou os trabalhos iniciando pela análise de proposta de plano de ação, elaborado pela Secretaria de Gestão Estratégica e patrocinado pelo Comitê.

## ATA DE REUNIÃO

A Juíza Patrícia Pereira de Sant'Anna, Presidente da AMATRA12, e as servidoras Denise Zavarise e Elça de Andrade Faria, representantes do SINTRAJUSC, agradeceram o convite para participação na ação e parabenizaram o Tribunal e o Comitê pela sensibilidade e iniciativa.

Após debate, onde foram trocadas impressões sobre os dados apontados no Relatório “Pobreza menstrual no Brasil – Desigualdades e violação de direitos”, produzido pela UNFPA e pela UNICEF, concluiu-se pela aprovação do Plano de Ação com pequenos ajustes, objetivando arrecadar produtos adequados à higiene menstrual

Entendeu-se ser adequado incluir no Plano de Ação uma campanha de sensibilização, pela SECOM, e uma live organizada pela Escola Judicial e/ou SEDUC, para que as pessoas conheçam a dimensão do problema e sejam sensibilizadas para contribuir na arrecadação.

Também se entendeu necessário e mais eficiente trabalhar com doações em dinheiro ou de produtos bem especificados. A arrecadação de dinheiro facilita, na visão do Comitê, uma maior participação, especialmente do público masculino, e leva em consideração, ainda, o quadro reduzido em trabalho presencial, em razão da pandemia da Covid-19.

Para destinação do dinheiro arrecadado e para especificar os produtos, há necessidade de, inicialmente, identificar as instituições que serão beneficiadas, para melhor compreender as necessidades.

Sobre possível dificuldade de acesso aos pontos de coleta, em razão da pandemia, a servidora Dolores Cunha de Amorim observou que a Coordenadoria de Saúde está realizando campanha para a arrecadação de agasalhos e alimentos e que, a despeito do pequeno número de pessoas que estão trabalhando presencialmente, os resultados são muito positivos. Contudo, a intenção é que a arrecadação envolva todo o Estado.

A Juíza Patrícia informou que a AMATRA12, diante da impossibilidade de arrecadação de dinheiro pelo Tribunal, poderá disponibilizar conta para depósito e fazer as aquisições de produtos. Também informou que levará para a diretoria da Associação a proposta de doação própria.

A servidora Denise Zavarise lembrou que entre as terceirizadas deve haver pessoas com necessidades relacionadas à pobreza menstrual. Informou que há projeto de lei tramitando na Câmara de Florianópolis sobre a matéria, momento em que foi observado que o tema vem sendo abordado em várias cidades do estado e do país. Esclareceu que pode enviar o nome de instituições que já atuaram em parceria com o Sindicato e que consultará o colegiado da entidade sobre outras formas de participação.

Em resumo, antes de sua aprovação, o Plano de Ação foi alterado para constar:

## ATA DE REUNIÃO

1. Etapa de sensibilização - responsável SECOM
2. Realização de evento pela SEDUC e/ou Escola
3. Definição das entidades
4. Definição de datas para arrecadação

Como datas do projeto, sugeriu-se o dia 26-8-21, Dia da Igualdade Feminina, como ideal para dar início à campanha, e dia 11-10-21, Dia das Meninas (assim reconhecido pela ONU), para a finalização, com webinar tratando do tema.

A segunda parte da reunião tratou da análise do cenário da participação institucional feminina no TRT-12.

A Secretaria de Gestão de Pessoas coletou dados da SECOM, da Escola Judicial e do SEDUC e elaborou quadro informativo com números, campanhas, matérias e eventos referentes ao primeiro semestre do corrente ano, com análise dos resultados, que foi aprovada pelo Comitê.

O Comitê definiu, também, que deverá ser levada à Administração a sugestão de divulgar o documento “Cenário da Participação Institucional Feminina no TRT-12” na página da Transparência deste Tribunal.

### DATA / NOME DO REDADOR/ CONTATO

6 agosto de 2021	Luiz Auro Beckhauser	3216.4063
------------------	----------------------	-----------